

doi 10.46943/X.CONEDU.2024.GT10.052

PRÁTICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA REGULAR: ESPALHANDO LIBRAS NO AR

Rosiane Sousa Pereira¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos do projeto educacional inclusivo “Espalhando Libras no Ar”, que buscou disseminar o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) entre alunos e professores ouvintes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal de Santarém, Pará. O projeto foi desenvolvido para promover a comunicação entre surdos e ouvintes, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, e para incentivar a inclusão dos alunos surdos. A metodologia adotada foi uma pesquisa qualitativa, fundamentada em legislações educacionais brasileiras e em referenciais teóricos sobre a educação bilíngue de surdos. Dada a abordagem específica do protagonismo do estudante surdo, a pesquisa foi aprofundada por meio de um Estudo de Caso único, permitindo uma análise detalhada da aplicabilidade e dos efeitos do projeto em um contexto educacional onde o pesquisador atua diretamente. As aulas práticas de Libras, com duração aproximada de 45 minutos, foram ministradas mensalmente em cada turma ao longo de um semestre, destacando o protagonismo dos alunos surdos no ensino da língua e na disseminação da cultura surda. Os resultados mostram que o projeto teve um impacto significativo nas relações comunicativas e educacionais entre os envolvidos, tornando-as mais efetivas e acessíveis. A inclusão dos alunos surdos foi facilitada, e a comunicação em Libras foi amplamente promovida, resultando em um maior desenvolvimento educacional dos alunos com surdez, além de um aumento no respeito e na valorização da cultura surda, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Comunicação surdos-ouvintes, Inclusão escolar, Educação bilíngue.

1 Doutoranda do Curso de PPGEnsino da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES/RS, rosiane.sp1@gmail.com;

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos surdos no ambiente escolar tem se consolidado como uma questão central nas discussões sobre educação inclusiva no Brasil. O acesso à comunicação e ao aprendizado em condições de igualdade é um dos principais desafios enfrentados por essa população, e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) surge como um elemento essencial para garantir a efetivação desses direitos.

A Libras, como língua oficial da comunidade surda no Brasil, possibilita a interação entre surdos e ouvintes, proporcionando um ambiente educacional mais acessível e colaborativo.

Nesse cenário, o projeto educacional “Espalhando Libras no Ar” se destaca como uma iniciativa inovadora, destinada à disseminação do ensino de Libras entre alunos e professores ouvintes do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal de Santarém, Pará.

O projeto foi desenvolvido com o objetivo de facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes no contexto escolar, além de estimular a ampliação do uso da Libras na sociedade, promovendo uma convivência e comunicação, garantindo que estudantes surdos, tenham garantido seu pleno desenvolvimento, sem barreiras para a comunicação e aprendizagem.

Nesse sentido, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha um papel essencial, permitindo a interação entre surdos e ouvintes e proporcionando um ambiente educacional mais inclusivo.

A proposta do “Espalhando Libras no Ar” está homologada à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI), que busca garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, com ou sem necessidades especiais.

O Decreto nº 6571/2008, que institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI), representa um marco no avanço da inclusão educacional no Brasil. Ele estabelece diretrizes claras para a criação de sistemas educacionais inclusivos, com ênfase no público-alvo da educação especial e na obrigatoriedade da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em complementaridade ao ensino regular.

Contudo, embora esse decreto seja um importante passo para garantir o direito à educação bilíngue de alunos com deficiência, especialmente os surdos, a prática nas escolas brasileiras ainda apresenta desafios significativos. Entre

os principais obstáculos estão a escassez de profissionais qualificados, como intérpretes e professores especializados em Libras, além da falta de formação continuada para os docentes.

Além disso, há um déficit de recursos financeiros e tecnológicos adequados para implementar as adaptações necessárias, prejudicando o cumprimento do princípio da equidade. Essas lacunas comprometem a efetivação de uma educação inclusiva e bilíngue de qualidade, conforme assegurado pela legislação, e ressaltam a necessidade de políticas públicas mais efetivas e de maior investimento no setor.

Este artigo propõe-se a analisar os efeitos do “Espalhando Libras no Ar”, avaliando que forma a iniciativa contribuiu para a promoção da inclusão de alunos surdos e para a construção de uma comunidade escolar mais sensível às necessidades da educação inclusiva.

Ao contextualizar o projeto no cenário atual das políticas educacionais, busca-se compreender como ele pode representar um modelo de práticas pedagógicas eficazes na superação das barreiras que ainda existem para a plena efetivação da inclusão escolar e para a construção de uma comunidade escolar mais consciente e integrada em relação à diversidade linguística e cultural. Além disso, propõe avaliar os impactos estruturais necessários para garantir o direito à participação e aprendizagem de todos os alunos surdos inseridos nas escolas regulares.

PRÁTICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA REGULAR: INCLUIR É PARTICIPAR!

A Educação Inclusiva faz parte de um movimento mundial em defesa do direito aos alunos com deficiência, de terem acesso à educação formal sem nenhum tipo de discriminação, garantindo-lhe uma educação igualitária, com respeito, igualdade, equidade e acessibilidade curricular.

No Brasil, o processo de Educação Especial na perspectiva inclusiva tem suas raízes na Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 208, inciso III, que assegura o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Esse marco jurídico é reforçado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, que garante o direito de matrícula de alunos com deficiência no ensino regular em todos

os níveis educacionais. No entanto, apesar dos avanços legais, a realidade nas escolas brasileiras ainda está aquém do que prevê a legislação.

Muitas instituições enfrentam dificuldades estruturais para implementar de forma eficaz as políticas inclusivas. A falta de intérpretes de Libras, a escassez de recursos tecnológicos e a carência de formação contínua para os profissionais de educação são obstáculos que limitam o pleno desenvolvimento de uma educação inclusiva de qualidade.

Além disso, o descompasso entre o que está garantido por lei e as práticas educacionais vigentes gera uma inclusão que, em muitos casos, é mais teórica do que prática, prejudicando o processo de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência.

Fazer um paralelo entre a legalidade e a realidade das políticas inclusivas não implica uma crítica radical à inclusão, mas, como apontam Veiga-Neto e Lopes (2011), trata-se de conhecer, analisar e problematizar as condições que permitem a emergência da inclusão educacional. Questionar e refletir sobre os desafios e limitações encontrados nas escolas é fundamental para buscar soluções que aproximem as práticas pedagógicas daquilo que está previsto na legislação, garantindo, assim, que a inclusão educacional se torne mais efetiva e acessível a todos.

Para implementação das diretrizes legais e garantia da inclusão dos alunos com deficiência, transtornos do espectro Autista e altas habilidades/superdotação, a equipe de professores da Sala de Recursos Multifuncionais da escola regular inclusiva pesquisada, denominada de Escola Municipal de Ensino Fundamental “Santa Terezinha”, localizada no município de Santarém no estado do Pará, apresentou entre as propostas de seu Plano de Ação, um projeto educacional inclusivo intitulado, Edificando Caminhos para a Educação Inclusiva: Incluir é Participar!

Na perspectiva de uma escola edificada em ações inclusivas “a transformação nas práticas escolares precisa estar atrelada às necessidades, anseios e desejos dos alunos com deficiência, como afirmam Lopes e Fabris (2013, p. 70), pois “dessa forma, a palavra inclusão passa a abarcar as relações interpessoais, além do estar junto (entendido como condição mínima necessária, mas não suficiente para as ações de inclusão)”. É, portanto, saber lidar com as diferenças e não permitir que essas “diferenças” transformem o espaço escolar num ambiente de desigualdade e de exclusão.

Na proposta apresentada à gestão escolar (equipe pedagógica e administrativa), foram sugeridas ações inclusivas para possibilitar o envolvimento e participação de toda a Comunidade Escolar no processo educacional inclusivo da escola pesquisada. O objetivo principal do projeto, bem como suas ações, visou promover a inclusão e acessibilidade através do Atendimento Educacional Especializado - AEE, com:

- Formação em serviço aos professores;
- Palestras para alunos e professores do ensino comum;
- Rodas de conversa com a família e equipe gestora e oficinas inclusivas;

Ao envolver toda a comunidade escolar em ações, reflexões e práticas colaborativas, cria-se um ambiente propício para uma atuação inclusiva eficaz diante dos alunos com deficiência. Essa abordagem conjunta fortalece o compromisso de todos os membros da escola em promover uma educação acessível e equitativa, garantindo que cada aluno tenha as condições necessárias para seu pleno desenvolvimento. Nesse viés, com ênfase Veiga-Neto (2001)

Com isso não quero dizer que essas dificuldades existem apenas num suposto mundo das ideias e que, por isso, seriam mais facilmente removidas do nosso caminho. Ao contrário, tais dificuldades são muito “duras” na medida em que se assentam em práticas discursivas e não-discursivas bastante coesas e estáveis, que têm necessariamente uma base material e que mantêm entre si um nexos imanente. Falar em imanência significa dizer que essas práticas não mantêm relações causais simples entre si - situação em que bastaria fazermos uma mudança nas causas, para obtermos uma mudança nos seus efeitos (VEIGA-NETO, 2001, p.24)

O “Projeto Edificando Caminhos para Educação Inclusiva: Incluir é Participar!”, desenvolveu-se no decorrer do ano 2022, organizado em quatro etapas: Formação em serviço aos professores; Palestras para alunos e professores do ensino comum; Rodas de conversa com a família e equipe gestora e Oficinas Inclusivas (Libras e Braille).

A primeira etapa ocorreu na Semana Pedagógica da escola (janeiro de 2022), tendo como público-alvo os professores do ensino comum. Nesse encontro, foram apresentadas orientações e sugestões para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, matriculados na referida escola.

O ponto de partida surgiu da realidade e especificidade de cada aluno, alinhando algumas possibilidades de adaptações curriculares e pedagógicas para atender as peculiaridades do aluno com deficiência.

Como suporte às orientações repassadas aos professores do ensino comum, foi elaborado material de apoio com informações específicas de cada aluno incluso, relatando suas dificuldades, habilidades e necessidades adaptativas. Além disso, foi criado grupo de whatsapp (Orientações do Atendimento Educacional Especializado) para troca de informações, dúvidas e sugestões entre os professores do currículo comum e do AEE, possibilitando assim, o ensino inclusivo.

A segunda etapa (abril/2022) foi a realização de um encontro/ palestra com os alunos e professores do 6º ao 9º ano. A ação foi alusiva ao “Abril Azul”, abordando a temática “Escola Inclusiva: ações e práticas colaborativas”, enfatizando informações sobre inclusão escolar, Autismo e a Lei 10.436/2002, a lei da Língua Brasileira de Sinais.

Inicialmente foram abordados conceitos e pré-conceitos referentes às pessoas com deficiência, definições sobre autismo e surdez. Em seguida, foi realizada uma “roda de conversa” com a participantes, respondendo às dúvidas, questionamentos e repassando orientações sobre ações e práticas inclusivas a serem fortalecidas no ambiente escolar.

Para concluir, deu-se início às aulas de Libras para a comunidade escolar, com possibilidade de difusão e estímulo da comunicação entre os surdos e ouvintes, pois como afirma Pereira (2023, p. 1132), “a regulamentação da Libras como língua oficial para o ensino bilíngue, proposta pela Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, ainda não é garantia de ensino acessível aos surdos pois ainda não se tornou realidade em grande parte das escolas públicas, com alunos surdos inclusos”, no entanto, tal realidade pode ser transformada se forem implementadas ações inclusivas no “chão da escola”.

Nessa conjuntura, percebeu-se a necessidade de buscar estratégias que pudessem mudar esse cenário, e assim, deu-se início ao ensino dessa Língua Brasileira de Sinais para que todos os alunos e professores (ouvintes) da escola, fossem estimulados a aprendizagem, valorização e respeito sobre a Libras, bem como, o estímulo para que passassem a se comunicar com os alunos surdos inclusos na escola.

A terceira etapa, (ocorrida em agosto de 2022) surgiu a partir da necessidade de pais/responsáveis e escola em geral, em conhecer os direitos legais da

pessoa com deficiência, não só no âmbito escolar como social. Nesse intuito, a reunião/palestra contou com uma advogada representante da Educação Especial na OAB Santarém/Pará, para falar sobre a legislação e os direitos das pessoas com deficiência, na ocasião apresentou a rede de apoio existente em Santarém que desenvolve ações conjuntas e realizam encaminhamentos que possibilitem a acessibilidade aos direitos constituídos.

A quarta etapa foi desenvolvida durante todo o ano, ocorreu com encontros em sala de aula (a cada quinzena), com temáticas variadas sobre a inclusão, noções do código braille e sua importância para a pessoa cega, e mini aulas em Libras, para estimular e fortalecer a inclusão comunicativa entre surdos e ouvintes no ambiente escolar e familiar.

Para concluir as ações de 2022, foram realizadas exposições de materiais pedagógicos acessíveis e atividades práticas de Libras e Braille na Feira do Conhecimento proposta pela escola. Nessa última etapa, foi evidente a participação e interesse dos alunos em geral, de conhecer e aperfeiçoar as aprendizagens adquiridas no decorrer do ano sobre as Práticas Inclusivas estimuladas durante a execução do projeto “Edificando Caminhos para a Educação Inclusiva”.

PROJETO EDIFICANDO CAMINHOS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORTALECENDO AÇÕES INCLUSIVAS

Para dar continuidade às ações desenvolvidas ao longo do ano 2022, o “Projeto Edificando Caminhos para a Educação Inclusiva: Incluir é Participar!” mantiveram as propostas inclusivas já inovadoras e incorporaram novas iniciativas. Entre as novas ações, destaque-se a realização de uma palestra e roda de conversa durante uma semana pedagógica, em janeiro de 2023, intitulada “Elaboração de Atividades Adaptadas ao Aluno com Deficiência”.

Nesse evento, foi apresentado aos professores o perfil do público-alvo da Educação Especial matriculado naquele ano, com informações específicas sobre cada educando, incluindo ano/série, tipo de deficiência, bem como uma descrição detalhada de suas habilidades.

A palestra também enfatizou a importância das estratégias educacionais inclusivas, com foco especial nas adaptações curriculares e no uso de recursos pedagógicos acessíveis, elementos essenciais para garantir a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Após a apresentação, foi promovida uma roda de conversa entre professores, equipe pedagógica e gestão escolar, proporcionando um espaço de diálogo aberto. Nesse momento, os participantes compartilharam suas dúvidas, dúvidas e experiências, além de sugerir práticas inclusivas que contribuem para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva no contexto da pesquisa.

Com base nas informações discutidas, uma equipe de professores especializados em Atendimento Educacional Especializado (AEE) elaborou um material pedagógico orientador, detalhando as especificidades de cada educando. Esse material foi entregue de forma impressa aos professores do ensino regular, com o objetivo de servir como um guia de apoio para a elaboração de adaptações curriculares e escolhas pedagógicas adequadas.

Além disso, os professores do AEE, que atuam na sala de recursos multifuncionais (SRM) da própria escola, se colocaram à disposição para prestar apoio contínuo e orientações aos professores do ensino comum. Esse suporte ocorre tanto presencialmente, nos turnos matutino e vespertino, quanto por meio de grupos de WhatsApp.

Esse acompanhamento visa garantir que o ensino e a aprendizagem dos alunos incluam restrições de forma adequada, humanizada e com equidade, garantindo que os alunos com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade, em conformidade com seus direitos.

Essa ação coordenada entre a equipe de AEE e os professores da sala comum é fundamental para fortalecer a cultura de inclusão na escola, promovendo um ambiente educativo que valorize a diversidade e a equidade, e que esteja comprometido com o desenvolvimento pleno de todos os alunos, independentemente de suas condições.

Além da proposta educacional de apoio aos professores em parceria com a equipe pedagógica e gestão escolar democrática, foram retomadas as ações para o envolvimento e participação da família no processo inclusivo. Como afirmam Pereira e Pinto (2021)

Somente através das mudanças nas práticas gestoras desenvolvidas, desde os sistemas de gestão educacional à gestão escolar inclusive e principalmente, a gestão escolar democrática, é que se poderá percorrer o caminho de construção da Escola Inclusiva que caminha ao encontro das necessidades singulares apresentadas pelos estudantes. (PEREIRA; PINTO, 2021, p.3326).

Em março de 2023, foi realizado um novo encontro com os pais e responsáveis dos alunos atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas dependências da escola. O encontro também contou com a participação da equipe pedagógica e gestora.

A gestão escolar iniciou o evento abordando suas práticas no contexto da inclusão escolar, ressaltando os desafios enfrentados para a efetivação dos objetivos educacionais e destacando a importância da parceria e do apoio familiar para garantir o sucesso do processo de ensino e aprendizagem dos alunos incluídos.

As ações desenvolvidas visam implementar as metas e estratégias propostas no Plano Municipal de Educação (PME) de Santarém (2015-2025), no que se refere à Educação Especial/Inclusiva, com o objetivo de promover uma educação de qualidade e inclusiva para todos e

4.17-Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo (SANTARÉM, PME, 2015 – 2025, p.93);

Assim, a gestão escolar apresentou a equipe de professores e mediadores do AEE/2023, que estariam responsáveis pelo acompanhamento dos seus filhos no corrente ano, enfatizando as práticas a serem desenvolvidas na SRM pautadas na PNEEI (2008) e seus objetivos específicos que visam

o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: • Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; • Atendimento educacional especializado; • Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; • Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; • Participação da família e da comunidade; • Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e • Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p.08).

Após as apresentações, a roda de conversa foi conduzida pelos professores do AEE, abordando algumas temáticas da proposta educacional inclusiva,

entre elas, a concepção familiar a respeito do atendimento educacional especializado. Na concepção da maioria dos familiares, o AEE ainda é compreendido como um reforço escolar, pautado na revisão de atividades curriculares desenvolvidas na sala de aula comum.

Essa concepção, de acordo com Zibetti; Pansini & Souza (2012), é subentendida Quando algumas crianças não apresentavam o desempenho esperado pela escola, no ritmo estabelecido com base em um padrão de normalidade considerado ideal, estas eram tidas como “anormais”, portadoras de algum transtorno.

Assim, as explicações dominantes sobre o fracasso escolar entre crianças em fase de alfabetização, durante muito tempo, voltaram-se para as chamadas disfunções psiconeurológicas da aprendizagem da leitura e da escrita (Zibetti, Pansini & Souza, 2012, p.238).

Para quebrar esse paradigma no contexto educacional inclusivo, buscou-se ouvir as famílias, trazendo à tona os embasamentos legais a respeito da real função do AEE e as práticas educacionais inclusivas desenvolvidas na escola pesquisada.

Na roda de conversa, ocorreram momentos de dúvidas sobre o desempenho e capacidades educacionais dos filhos, suas dificuldades e conquistas, bem como, o anseio e expectativa familiar para que o educando possa ter uma vida autônoma.

Após a roda de conversa, foi realizado um lanche especial como agradecimento aos participantes, ressaltando a importância vital da família nas ações do processo educacional inclusivo, na escola regular de ensino.

METODOLOGIA

Este projeto foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa-ação, sendo realizado em várias etapas para a disseminação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no ambiente escolar. A seguir, são descritos os principais passos, técnicas e instrumentos utilizados na implementação.

FASES DO PROJETO

O projeto foi estruturado em quatro etapas principais:

1. Registro Fotográfico dos Participantes

A primeira etapa consistiu na captura de fotografias de alunos, professores e outros membros da equipe escolar. Todos os participantes foram previamente consultados e autorizaram o uso de suas imagens mediante a assinatura de termos de consentimento livre e esclarecido. Durante a sessão fotográfica, cada participante representou, por meio da datilologia em Libras, uma letra do alfabeto português. Esse processo foi fundamental para garantir a representatividade de todos os membros da comunidade escolar na produção do material visual inclusivo.

2. Criação do Alfabeto Visual em Libras

As imagens capturadas foram utilizadas para criar um alfabeto visual, composto por fotografias em que cada letra do alfabeto português era representada por um sinal em Libras. Esse alfabeto foi exposto no ambiente escolar de maneira inovadora: as imagens foram suspensas “no ar”, em uma área de circulação, facilitando a visualização por todos que frequentavam o local. A escolha do espaço buscou integrar o alfabeto à rotina escolar, promovendo o contato constante da comunidade com a Libras.

3. Exposição Durante a “Semana da Libras”

A exposição do alfabeto visual ocorreu durante a “Semana da Libras”, um evento anual da escola destinado à sensibilização e inclusão de práticas de comunicação em Libras. O alfabeto foi exibido no refeitório, um local estratégico de grande circulação.

Cada turma participou de atividades educativas com duração de aproximadamente uma hora. Nessas atividades, os estudantes tiveram a oportunidade de aprender a datilologia e alguns sinais básicos em Libras, promovendo o desenvolvimento da consciência sobre a importância da inclusão dos alunos surdos na comunicação diária.

4. Envolvimento dos Alunos Surdos e Mediadores

Dois alunos surdos desempenharam um papel crucial na implementação do projeto. Eles foram responsáveis por ensinar o alfabeto em Libras para os demais alunos e demonstrar o sinal personalizado que representava a escola na comunidade surda. A atuação dos alunos surdos, em colaboração com os professores e mediadores do Atendimento Educacional Especializado (AEE),

contribuiu significativamente para o sucesso da ação, reforçando a aprendizagem e promovendo a interação direta entre alunos surdos e ouvintes.

5. Ferramentas e Técnicas Utilizadas

Para o desenvolvimento do projeto, foram empregadas diversas ferramentas e técnicas de coleta de dados e execução:

- **Fotografia:** Utilizada para capturar os sinais representados pelos participantes, garantindo uma documentação visual que foi essencial na construção do alfabeto;
- **Exposição Visual:** A exposição do alfabeto foi feita de forma suspensa em espaço público da escola, utilizando fios transparentes para dar a sensação de que os sinais “flutuavam no ar”;
- **Atividades Pedagógicas:** A execução das atividades com as turmas foi planejada de forma colaborativa, com a participação de professores, mediadores do AEE e coordenação pedagógica, para garantir que os alunos tivessem uma experiência significativa e integrada à proposta de inclusão;
- **Avaliação Participativa:** A prática foi acompanhada por uma avaliação participativa, na qual os alunos e a equipe escolar puderam refletir sobre a eficácia das atividades e sugerir melhorias para futuras intervenções.

O projeto também recebeu fundamental apoio institucional da gestão escolar, que garantiu autonomia à equipe de profissionais envolvidos para desenvolver e implementar as ações. Essa liberdade permitiu que os educadores adaptassem as práticas pedagógicas de forma criativa e eficaz, levando em consideração as necessidades específicas dos alunos com deficiência.

Ao promover um ambiente de confiança e colaboração, a gestão escolar facilitou a criação de estratégias inclusivas inovadoras, que integraram não apenas os alunos, mas também a comunidade escolar como um todo. Essa abordagem reforçou o compromisso com uma educação inclusiva de qualidade, estimulando a participação ativa de todos os setores da escola e a constante reflexão sobre as práticas pedagógicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados ao longo da implementação do projeto “Espalhando Libras no Ar” foram sistematizados em três categorias analíticas principais: Acessibilidade Comunicativa, Participação Colaborativa, e Impacto Educacional Inclusivo. A seguir, cada categoria é apresentada e discutida de forma detalhada, com o apoio de tabelas para visualização dos achados.

1 ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA

A instalação do alfabeto visual em Libras na escola trouxe uma nova dimensão de engajamento com a Língua Brasileira de Sinais. A avaliação feita com alunos e professores revelou um aumento significativo no contato e no interesse pela Libras. Esse crescimento foi notável durante a “Semana da Libras”, onde a participação nas atividades propostas superou as expectativas. Os alunos se mostraram mais motivados a interagir e praticar a língua, enquanto os professores relataram uma maior disposição para incorporar a Libras em suas aulas.

A introdução do alfabeto visual, portanto, não apenas facilitou a comunicação, mas também despertou a curiosidade e o entusiasmo da comunidade escolar em aprender e usar a língua, consolidando a inclusão e a valorização da diversidade linguística na instituição.

Tabela 1: Participação nas atividades da “Semana da Libras”.

Turmas	Total de alunos	Participação (%)
1º ao 5º ano	262	95%
6º ao 9º ano	560	88%

Os dados coletados revelam uma participação significativa dos alunos, com mais de 85% dos estudantes envolvidos nas atividades propostas, totalizando 822 participantes. Essa adesão expressiva demonstra o interesse e o engajamento da comunidade escolar nas iniciativas voltadas para a Língua Brasileira de Sinais. Além disso, a exposição permanente do alfabeto visual foi ressaltada como um recurso acessível e inovador.

Os participantes destacaram que esse recurso facilitou o contato diário com os sinais de Libras, promovendo uma aprendizagem mais dinâmica e interativa. O feedback positivo dos alunos e professores indica que a presença do

alfabeto visual não apenas ampliou o conhecimento sobre a língua, mas também contribuiu para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

Essa estratégia mostra-se eficaz na promoção da conscientização sobre a importância da Libras, estimulando a prática e o uso diário da língua na escola.

2 PARTICIPAÇÃO COLABORATIVA

Um ponto central do projeto foi o papel ativo dos alunos surdos e a colaboração dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa integração foi fundamental para o sucesso das iniciativas, pois promoveu uma interação mais rica e significativa entre todos os participantes.

Durante as atividades, os dois alunos surdos atuaram como monitores, ensinando tanto a datilografia quanto o sinal representativo da escola. Essa experiência não apenas reforçou os laços entre alunos surdos e ouvintes, mas também elevou o protagonismo dos estudantes surdos no processo educacional. Ao compartilharem seus conhecimentos e experiências, os alunos surdos contribuíram para a formação de um ambiente mais inclusivo, onde todos se sentiram valorizados e parte do aprendizado.

Essa dinâmica permitiu que os alunos ouvintes se tornassem mais conscientes e respeitosos em relação à Língua Brasileira de Sinais e à cultura surda, promovendo um clima de solidariedade e cooperação na escola. Assim, a colaboração entre alunos e profissionais de AEE se mostrou essencial não apenas para a disseminação da Libras, mas também para a construção de uma comunidade escolar mais coesa e inclusiva.

Quadro 1: Colaboração entre profissionais e alunos

• Alunos surdos e ouvintes;
• Professores do regular e do AEE;
• Gestão escolar;
• Coordenação pedagógica.

Essa estratégia colaborativa teve um impacto significativo no fortalecimento do ambiente inclusivo da escola. Segundo Mantoan (2003), a verdadeira inclusão vai além da mera presença física dos alunos com deficiência em instituições regulares; ela se refere à participação ativa e significativa desses alunos nas diversas atividades escolares.

O projeto demonstrou que, quando há apoio e engajamento de todos os membros da comunidade escolar, é possível estabelecer condições que permitem uma inclusão real e palpável. Os alunos com deficiência não apenas participaram das atividades, mas também contribuíram com suas habilidades e conhecimentos, enriquecendo o processo educacional.

Essa abordagem colaborativa não apenas favoreceu a aprendizagem dos alunos surdos, mas também promoveu a conscientização dos alunos ouvintes sobre a importância da diversidade e da inclusão. Além disso, a interação entre os diferentes grupos fortaleceu os laços de solidariedade e respeito, criando um clima escolar mais acolhedor.

Assim, o projeto provou que a inclusão efetiva depende da colaboração e do comprometimento de toda a escola, refletindo um compromisso coletivo com a diversidade e a equidade no ambiente educacional.

3 IMPACTO EDUCACIONAL INCLUSIVO

O impacto educacional do projeto foi avaliado por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com alunos, professores e a equipe gestora. Essas entrevistas revelaram que a implementação do alfabeto visual em Libras, juntamente com as atividades promovidas durante a “Semana da Libras”, transformou significativamente a percepção da comunidade escolar em relação à inclusão.

Os professores ressaltaram que a iniciativa foi verdadeiramente inspiradora, criando oportunidades para a adoção de novas práticas inclusivas. Essa experiência evidenciou a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no cotidiano escolar, não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas como um meio de promover a diversidade e a empatia entre os alunos.

A introdução de Libras nas atividades escolares através do projeto, despertou o interesse e a curiosidade dos educadores, levando-os a explorar metodologias inovadoras que favorecem a inclusão de alunos surdos. Além disso, essa abordagem contribuiu para uma maior sensibilização e respeito sobre a cultura surda, enriquecendo o ambiente educacional e fortalecendo a colaboração entre todos os membros da comunidade escolar.

Dessa forma, a iniciativa não apenas ampliou o conhecimento dos docentes sobre a Libras, mas também fomentou uma cultura de respeito e valorização das diferenças, essencial para a construção de um espaço escolar verdadeiramente inclusivo.

A gestão escolar destacou que a autonomia oferecida aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi fundamental para o êxito do projeto. Essa liberdade permitiu que os educadores desenvolvessem e implementassem estratégias pedagógicas personalizadas, adaptadas às necessidades específicas de cada aluno.

Ao contar com essa flexibilidade, os profissionais do AEE puderam criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz, atendendo de forma individualizada os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência e principalmente os alunos com surdez.

Além disso, essa autonomia incentivou a inovação nas práticas educacionais, resultando em abordagens mais dinâmicas e participativas. A gestão reconheceu, ainda, que a valorização dos profissionais do AEE, por meio da confiança depositada em seu trabalho, fortaleceu o compromisso de todos em promover uma educação de qualidade.

Assim, a combinação de autonomia e apoio institucional foi determinante para consolidar um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, refletindo o compromisso coletivo com a diversidade e a equidade no ensino. Essa liberdade permitiu que os educadores adaptassem suas estratégias pedagógicas às necessidades específicas dos alunos, promovendo um atendimento mais individualizado e eficaz. Além disso, o envolvimento de todos os setores da escola — desde a equipe pedagógica até os funcionários administrativos — destacou a importância de uma abordagem colaborativa.

Essa integração entre os diferentes profissionais da instituição garantiu um suporte mais amplo e coeso aos alunos com deficiência, criando um ambiente inclusivo onde todos se sentiram parte ativa do processo educacional. Dessa forma, o projeto não apenas melhorou a qualidade do ensino, mas também fortaleceu os laços de colaboração e respeito dentro da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos corroboram a visão de que a educação inclusiva deve ir além da mera presença física dos alunos com deficiência no ambiente escolar. Como apontado por Mantoan (2003), a inclusão só se torna efetiva quando as escolas promovem ajustes e ações que atendam às necessidades de todos os alunos.

A prática implementada no projeto “Espalhando Libras no Ar” representa um exemplo claro de como a escola pode adaptar seu ambiente e suas atividades para criar um espaço mais inclusivo e acessível.

A partir dos dados apresentados, é possível afirmar que iniciativas colaborativas como essa são fundamentais para eliminar barreiras comunicativas e atitudinais, promovendo um aprendizado mais equitativo.

O protagonismo dos alunos surdos, aliado à autonomia concedida aos mediadores do AEE, demonstrou que a inclusão é uma realidade possível quando todos os atores educacionais estão envolvidos. Essa prática inovadora de inserção da Libras no cotidiano escolar proporciona o exemplo de que uma educação inclusiva de qualidade é viável, desde que acompanhada de planejamento, cooperação e ética profissional.

Os achados empíricos deste projeto estão em consonância com as diretrizes legais da educação inclusiva no Brasil, especialmente com o Plano Nacional de Educação (PNE), que visa a promoção de uma educação acessível a todos.

O PNE estabelece objetivos claros para a inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional, enfatizando a necessidade de garantir igualdade de oportunidades e de desenvolver práticas que atendam à diversidade de necessidades dos estudantes.

A implementação das ações propostas pelo projeto não apenas reflete essas diretrizes, mas também demonstra a viabilidade de criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor. Os resultados obtidos evidenciam que, com a colaboração de todos os membros da comunidade escolar, é possível avançar em direção a uma educação que respeite e valorize a pluralidade.

Além disso, os dados coletados mostram que a conscientização e a capacitação dos educadores são fundamentais para a efetividade das políticas inclusivas. Assim, o projeto se destaca como um exemplo prático de como as diretrizes legais podem ser traduzidas em ações concretas, promovendo uma educação mais justa e equitativa para todos os alunos.

A sinergia entre os achados do projeto e as normativas educacionais gera um panorama mais otimista e promissor para a inclusão no Brasil. Essa conexão demonstra que é possível transformar diretrizes legais em práticas efetivas dentro das escolas, promovendo uma educação mais equitativa para todos os alunos.

Os resultados obtidos evidenciam que, ao alinhar ações concretas com as políticas públicas, é possível criar um ambiente educacional que respeite e valo-

rize a diversidade. Essa abordagem não apenas fortalece a implementação da inclusão, mas também inspira outras instituições a adotar medidas semelhantes.

Portanto, a articulação entre os achados do projeto e as normativas educacionais representa um avanço significativo em direção a um sistema educacional mais inclusivo e acessível a todos os estudantes.

A inclusão de ações práticas, como a criação do alfabeto visual em Libras, evidencia que a acessibilidade comunicativa é um fator crucial para a efetiva participação dos alunos surdos na escola. Além disso, reforça a importância de promovermos uma cultura escolar que valorize a diversidade e fomente o respeito às diferenças.

REFERÊNCIAS

Zibetti, M. L. T., Pansini, F., & Souza, F. L. F. de .. (2012). Reforço escolar: espaço de superação ou manutenção das dificuldades escolares?. *Psicologia Escolar E Educacional*, 16(2), 237–246. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 2, Julho/Dezembro de 2012: 237-246. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000200006>

PEREIRA, Rosiane Sousa. Uma experiência do ensino da língua brasileira de sinais na disciplina de língua portuguesa em uma escola regular: vivenciando o protagonismo do discente com surdez. *Estudos em ciências humanas e sociais no Brasil: Produções Multidisciplinares no século XXI (livro eletrônico)* / organizador: Daniel L. S. Braga. – Florianópolis, SC: Instituto Scientia, 2023. PDF. Capítulo 79 - DOI:10.55232/1087002.79

PEREIRA, Rosiane Sousa; PINTO, Nilcéia Frausino da Silva. Gestão democrática na escola pública: desafios e possibilidades para a construção da escola inclusiva a partir da pandemia da covid-19. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE*. São Paulo, v.7.n.10. out. 2021. ISSN - 2675 – 3375

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil: Brasília, 2002.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Ministério da Educação, Brasília, 2008.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. Inclusão & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção Temas & Educação).

SANTARÉM, Prefeitura Municipal. Lei nº 19.829/2015, de 14 de julho de 2015. Com as Emendas apresentadas pela Câmara Municipal de Santarém, sobre o Plano Municipal de Educação com vigência de

2015 a 2025. Plano Municipal de Educação 2015/2025 – Santarém-Pará. <https://transparencia.santarem.pa.gov.br/storage/attachments/plano-municipal-de-educacao-2015-a-2025-62e015c65b28d.pdf>

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber: Saber para excluir. Pro-posições, [S.l.], v. 12, n.2-3, p. 35-36, jul./nov. 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. Verve, v.20, p. 121-135, 2011.

Mantoan. Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)